

Ministro da Fazenda diz que ainda é necessário diferencial entre juro interno e externo.
 Jaime Lerner anuncia licitação para instalação de terminal de contêineres no Porto de Paranaguá.
 Presidente do Sebrae mostra a importância da microempresa na economia brasileira.

Cardoso: juros no Brasil continuarão altos

por Maria Clara R.M. do Prado
de Paris

As taxas de juros no Brasil devem continuar na trajetória gradual de queda, mas vão demorar ainda algum tempo para alcançar os níveis dos juros nos países industrializados. "É fácil dizer que (os juros) não caem, o difícil é conseguir no Congresso as mudanças que façam com que eles caiam sem prejuízo do controle da inflação", declarou ontem pela manhã, em Paris, o presidente Fernando Henrique Cardoso a um enorme grupo de empresários brasileiros que o acompanhou na viagem à França.

A questão dos juros foi levantada pelo empresário Mario Amato, da Springer, um dia depois do anúncio do desligamento do ministro José Serra, da pasta do Planejamento, um árduo defensor dentro do governo da queda mais rápida dos juros e da desvalorização cambial.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi ontem extremamente afirmativo ao dizer a uma plateia de empresários brasileiros e franceses, no seminário promoto-

vido em Paris pela Gazeta Mercantil e pelo jornal francês *Les Echos*, que não dá por enquanto para o Brasil praticar taxas de juros nos níveis internacionais.

"Estados Unidos, Europa e Japão são economias que têm uma longa história de estabilidade de preços, enquanto no Brasil saímos de uma inflação em junho de 1994 que corria a mais de 5.000% ao ano, temos história de confisco e outras intervenções, o que nos obriga a ter durante algum tempo um diferencial entre os juros internos e externos; esse prêmio de risco o Brasil terá de pagar durante algum tempo", afirmou o ministro Malan de maneira bem incisiva.

O seminário promovido por este jornal foi aberto pelo presidente da República na presença de todos os ministros de Estado que o acompanharam à França — além do da Fazenda, os ministros das Relações Exteriores, das

Comunicações, da Administração, da Ciência e Tecnologia e da Cultura —, com um convite para que os empresários franceses invistam no Brasil. "Arrisquem-se, nós estamos lá", disse ele.

"Existe no Brasil uma vontade política — não gosto muito desta expressão porque parece vontade pessoal — para a transformação geral da sociedade, que quer uma decisão clara, que conhece o caminho, sabe para onde vai, tem interesse de superar as dificuldades temporárias, uma sociedade que crê nella mesma, que não quer dissimular ou mentir", disse Fernando Henrique aos empresários franceses, que o aplaudiram entusiasticamente.

O presidente pautou-se pela sinceridade, ao mostrar a realidade como ela é em todos os encontros que teve com os vários interlocutores, privados ou do setor público, durante sua passagem por Paris (ele hoje pela ma-

nhã visita Lyon e segue no fim da tarde para Genebra, na Suíça). Foi extremamente objetivo com os empresários brasileiros.

"Os mais interessados na queda dos juros somos nós, porque a única variável que o governo tem para reduzir o déficit público é a taxa de juro, mas é preciso entender que quando praticamos juros altos é pela perversidade de uma política que criou uma irresponsabilidade coletiva. O cobertor é curto, quando se puxa de um lado o pé fica frio, quando se puxa de outro se descobre a cabeça — 'vamos diminuir o corpo', interferiu Luiz Fernando Furlan, presidente da Sadia —, ou se encolhe o corpo, mas isto eu não sei fazer", explicou o presidente Fernando Henrique.

Ele respondia a uma colocação de Mario Amato, que fizera justamente uma comparação entre os juros internos e externos, citando o exemplo das importações de bens de capital que crescem no Brasil no rastro de um financiamento que custa cerca de 6% ao ano no mercado internacional, fazendo com que a compra acabe saindo quase de graça

no prazo de dez anos. Para não prejudicar o programa de estabilização, o governo optou por proteger o Real mesmo que isto represente um custo no endividamento interno. "Estamos seguindo tudo na boca do caixa e quando fazemos isto eu sei que quem sofre é o povo", declarou o presidente, indicando que aguarda as reformas por parte do Congresso para que se possa ter uma queda mais acentuada nos juros.

Furlan assinalou ainda que, a despeito de toda a abertura efetuada na economia brasileira nos últimos anos, a Europa ainda vende muito mais para o Brasil do que compra. No período 1993 a 1995, as exportações europeias para o mercado brasileiro cresceram 130%, enquanto as exportações brasileiras para a Europa aumentaram em apenas 28%.

"Observa-se ainda que a União Europeia aumentou seu 'market share' (participação) no comércio com o Brasil em quatro pontos, passando de 23% para 27%", disse o empresário da Sadia, que paga hoje 80% de taxa sobre o peito de frango que exporta para a Europa, tal o nível de protecionismo que ainda perdura fortemente no mercado europeu.

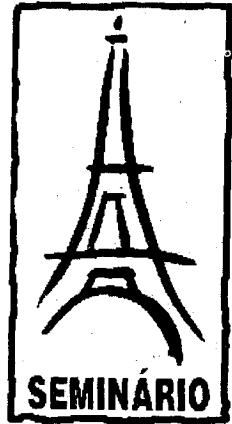
Para o ministro da Fazenda, no entanto, a questão principal a resolver é a do déficit público. Malan sempre teve muito claro na cabeça que sem resolver o desequilíbrio da previdência, sem modernizar e reduzir o tamanho do Estado e sem reformar a administração pública ficará difícil consolidar a estabilização. "Desta aposta, do ajuste do setor público, depende o presente e o futuro", disse Malan no seminário da Gazeta Mercantil, garantindo que 1996 será marcado por uma melhoria do setor fiscal, mas o processo de equacionamento definitivo das contas públicas ainda vai demandar mais tempo.

Malan confia em que a maioria da sociedade brasileira deseja que o governo seja bem suce-

dido para concretizar três objetivos básicos: manter a inflação sob controle, ter as condições para que o País possa crescer de forma sustentada e, em terceiro lugar e mais importante, segundo ele, atender a extrema carência social com condições para combater a fome, a miséria e a violência que ainda existe em alto grau no País.

É preciso, no entanto, compreender que o Brasil não pode mais viver certas experiências do passado recente, onde o uso da política do "stop and go" — aumentar e reduzir o crescimento econômico — acabou provocando fases de rupturas significativas e de quedas expressivas no produto real per capita. "É uma visão ingênua que existe em algumas áreas achar que existe um painel com um botão que basta ser apertado para que a taxa de crescimento se materialize: nós estamos trabalhando é para um crescimento sustentável que agregue cada vez mais renda e efetivamente melhore o padrão de vida do povo brasileiro", disse o ministro.

Malan também mandou um recado para os que criticam a política cambial brasileira, lembrando que graças a ela o País teve condições de enfrentar a crise mexicana do ano passado. "Temos uma política cambial que já mostrou na prática a sua flexibilidade", observou, antes de arrematar com um toque político: "o que importa não é a geografia, a natureza ou o tamanho de um país e sim como nós brasileiros estamos equacionando nossos próprios problemas: o respeito no exterior depende, em última análise, da percepção de que o País está organizado, tentando equacionar as dificuldades, mesmo sabendo que são muitas, e nós nunca subestimamos a magnitude dos desafios a enfrentar, mas temos confiança de que o Brasil continuará firme na mesma direção, sabendo que são quatro anos de mudanças que terão lugar pelo menos até 31 de dezembro de 1998". ■



Fernando Henrique Cardoso